

Escola Secundária de Albufeira

Círculo de Faro

Medidas:

1. Aproximação da União Europeia aos cidadãos, através de campanhas de divulgação das questões relevantes, dos programas dirigidos aos cidadãos, e valorização da sua participação.
2. Adequar a Educação/Formação às necessidades do mercado e à inovação tecnológica, garantindo uma efectiva igualdade de oportunidades.
3. A redução das assimetrias ao nível económico e social, através da redistribuição de recursos e da adequação de medidas à realidades de cada país membro.

Argumento:

Uma União Europeia forte e verdadeiramente equitativa tem de ser original, inclusa e verdadeiramente democrática. Quantos talentos provavelmente se perderam no emaranhado confuso e disperso que os cidadãos europeus são? Porque razão os países europeus estão cada vez mais afastados económica e socialmente? Quantas pessoas conhecem o conteúdo do recentemente lavrado Tratado de Lisboa? Quantos jovens conhecem o “Europass” e o Projecto “Ploteus”?

Estas e outras perguntas poder-se-iam fazer e as respostas seriam nitidamente decepcionantes, sem sombra de dúvida.

Assim, como forma de remediar esta situação, existem algumas medidas que poderiam ser postas em prática: uma maior divulgação das instituições que compõem a União Europeia, assim como as suas funções seria altamente desejada. Sabemos todos que a nossa sociedade, predominantemente consumista e comodista, jamais se interessaria por tal temática, pelo que se se utilizassem os meios de comunicação social como forma de atingir este objectivo, a mensagem penetraria mais facilmente.

Cada vez mais as pessoas gostam de fazer valer os seus direitos para situações que as beneficiem somente a elas próprias, mas desconhecem grandemente outros direitos que, para lá de valorizarem exclusivamente um grupo restrito de indivíduos, valoriza igualmente uma grande comunidade europeia, coesa e baseada no conhecimento das realidades próprias de cada país. Uma vez mais a comunicação social, representada nos jornais, na rádio, mas sobretudo na televisão, acabaria por ser uma forma de consciencializar mais os cidadãos para os seus direitos e deveres e de os ajudar a ultrapassar o horizonte limitado do seu país, e de abarcar uma realidade muito maior e muito mais complexa.

A formação é contínua. Quem desafiar isto só pode estar a brincar. Não concebemos, nem por um momento, que muitos dos países da grande União Europeia tenham ainda uma elevada percentagem de analfabetos e que grande parte da população da Zona Euro ainda esteja agrilhoada aos velhos ideais do emprego único. Há que conceder uma maior igualdade de oportunidades, há que garantir um desenvolvimento de cursos de formação tecnológica e profissional e, simultaneamente, destruir velhos valores, que conduzem às desigualdades sociais, e, segundo os quais, a evolução está na cidade e o campo é retrógrado e atrasado. Não! As populações do interior têm uma palavra a dizer e, se fossem mais instruídas, claramente teriam uma maior participação na sociedade e, conseqüentemente, contribuiriam mais activamente para a melhoria dos respectivos países e, mais abrangentemente, da União Europeia. O mercado de trabalho é cada vez mais volátil e, contudo, é necessário que as pessoas, com instrução em mais de uma área, ultrapassem essa volatilidade e consigam adaptar-se às mais diferentes actividades sem qualquer espécie de problemas. Para isso, só a educação e a formação extra-escolar são úteis e podem verdadeiramente reduzir a grande falta de instrução que afectam os países da União Europeia.

Tal como os seres humanos, que são idênticos, mas nunca iguais, não há dois Estados iguais. Assim, a existência de assimetrias é compreensível e aceitável. Mas quando cerca de 20% da população portuguesa vive no limiar da pobreza e um país como a França ou a Alemanha praticamente não possui esse indicador de desenvolvimento, as assimetrias tornam-se (in)compreensíveis e absolutamente inaceitáveis. Os países não podem ter todos os mesmos rendimentos e os mesmos apoios. Podem, contudo, usufruir de uma mais racional distribuição dos recursos ao dispor de todos e, igualmente, de usufruir de benefícios que vão ao encontro, não só das actividades económicas, mas também da redução das desigualdades sociais. Não nos podemos focar apenas na economia. As questões ambientais, sociais também são importantes para a evolução dos Estados-membros e se, eventualmente, a União Europeia criasse mais instituições, adequadas às especificidades de cada país, que visassem esse objectivo, provavelmente o que aconteceria seria o alcançar dos objectivos supracitados de uma maior integração das pessoas do interior de cada país, económica e socialmente mais atrasado.

Posto isto, nada mais temos a declarar, pois certamente muitas das pessoas que anteriormente eram ignorantes relativamente às questões colocadas, poderão finalmente respondê-las correctamente e contribuirão para remover a letargia da União Europeia no que se refere às questões abordadas.

Nota: Estrutura deficiente: a “exposição de motivos” devia estar no início do projecto.